

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

ABUSO SEXUAL: UM ESTUDO DE GÊNERO.

Mirela Massia Sanfelice.

Cita:

Mirela Massia Sanfelice (2009). *ABUSO SEXUAL: UM ESTUDO DE GÊNERO*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/867>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

ABUSO SEXUAL: UM ESTUDO DE GÊNERO

¹Mirela Massia Sanfelice
Universidade Federal de Santa Maria

O objetivo deste estudo consiste na análise da violência, especialmente da violência sexual, pois a incidência deste tipo de crime tem aumentado significativamente e é atualmente considerada alarmante, tanto na população nacional quanto internacional. Visto que, atualmente a violência tem preocupado os diversos setores da saúde, da justiça e da educação. O trabalho aqui exposto realiza uma reflexão teórica sobre o abuso sexual e a relação de gênero intrínseca a essa violência.

Cita-se assim, o aumento da violência como um problema social, pois decorre da falta de garantia dos direitos fundamentais, da efetivação da Constituição Brasileira. Já que, são escassos ou mal distribuídos os recursos financeiros para proporcionar estratégias e tratamento de saúde eficaz à população. A violência sexual é entendida como qualquer contato sexual cometido por uma pessoa adulta contra uma criança, adolescente ou adulto contra sua vontade. Conforme Habigzang e Caminha (2004), abuso sexual é todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, tendo como finalidade estimular sexualmente a vítima ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa, e é sempre evidenciado pela vítima estar em um estágio de desenvolvimento psicossocial inferior ao do agressor. O abuso sexual além de envolver a questão jurídica, clínica e política, requer atenção pelos fatores sociológicos e culturais envolvidos. De acordo com Silva (2002), estima-se que a prevalência de abuso sexual na população brasileira seja de 30%.

Neste contexto da violência sexual, Saffioti (1995) cita a violência doméstica como uma violência de gênero. De modo que, o gênero, a família e o território domiciliar consistem em hierarquias, nas quais o homem representa a dominação-exploração e as mulheres e crianças os elementos dominados-explorados. Faz-se parte ainda, deste círculo vicioso a Síndrome do Pequeno Poder, desempenhada pela mulher ao exercer sua tirania contra crianças. Deste modo, podem-se perceber as diferentes percepções da sexualidade por meio das questões de gênero e poder nas diversas culturas orientais e ocidentais. Portanto, o abuso sexual é entendido de maneiras diferentes de acordo com o contexto, período histórico, cultura dominante e sociedade. Assim, o estudo da violência sexual sob o enfoque sociológico, as questões de gênero, poder e dominação inerentes à sexualidade destes indivíduos, pode ser entendido como um fator social, que atinge todas as camadas da sociedade e todas as faixas-etárias.

Entende-se assim, que há estreita relação entre a violência sexual perpetrada e a sexualidade. De modo que, a sexualidade sob o enfoque das Ciências Sociais, conforme Heilborn (1999) tornou-se evidente a partir dos estudos de gênero. Pois, o campo da sexualidade mantém uma relação íntima com o de gênero, cujo desenvolvimento está estreitamente ligado aos movimentos sociais, assim, o tema investigado faz sentido a partir dos significados e relações sociais que o sustentam em um dado contexto e momento histórico. Já, Bozon (2004) em Sociologia da Sexualidade cita que o interesse especificamente da Sociologia pelo estudo da sexualidade está essencialmente ligado à erupção da Aids no início dos anos 80, fenômeno esse que contribuiu para limitar a aceção daquele termo.

Neste contexto, considera-se imprescindível a elaboração e inserção de políticas públicas eficazes voltadas à violência sexual, e que focalizem especialmente a sexualidade, o tratamento adequado e a inserção social de agressores sexuais, o qual priorize a garantia aos direitos humanos. Visto que, há um grande contingente de agressores sexuais nas populações prisionais e forenses, sem tratamento necessário à ressocialização, garantida na Constituição Federal. Deste modo, esta pesquisa enfoca as questões de gênero intrínsecas a violência sexual perpetrada por homens, visando à garantia do desenvolvimento psicológico, físico e social da sociedade e a não - reincidência penal de abusadores sexuais.

Nesta perspectiva, cita-se que o abuso sexual de crianças e adolescentes têm despertado a atenção da sociedade em geral, principalmente pelo acirrado aumento da frequência dos casos e pela crueldade em que são cometidos os abusos sexuais, psicológicos e físicos. Várias pesquisas e fontes de dados confirmam a frequência de abuso sexual na população nacional e internacional (Habigzang & Caminha, 2004; Polanczk, Zavaschi, Benetti, Zenker e Gammerman, 2003, entre outros). Entretanto, no Brasil são escassos os estudos sobre o abuso sexual na perspectiva do agressor.

Machado (2004) realizou um estudo enfocando as relações entre a masculinidade, à construção social de gênero e a construção social da violência no contexto social urbano contemporâneo brasileiro, de tal modo, fez a escuta de prisioneiros privados de liberdade, devido os crimes contra a liberdade sexual, supuseram que as vivências socialmente problemáticas pudessem revelar os paradoxos das construções sociais de gênero. Por meio da escuta de estupradores, fez a relação entre masculinidade, sendo, portanto construída uma sexualidade em que o masculino é o sujeito da sexualidade e a feminino é como o objeto dessa sexualidade. Complementa ainda, que gênero é uma categoria engendrada para se referir ao caráter fundante da construção cultural das diferenças sexuais, criadas a partir de definições culturais. Sendo, portanto, um conceito que perpassa as mais diversas áreas do social, sendo que o conceito de gênero em todas as sociedades e culturas *“constroem suas concepções e relações de gênero, deste modo, não se inscreve em num dado momento histórico, nem forma de dominação”*. Destaca-se a importância em compreender que a violência intrafamiliar é multifatorial, não sendo possível apontar uma única causa. Deste modo, acredita-se ser essencial compreender os fatores sociais que produz e/ou reproduz o abuso sexual. Na pesquisa de Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005), por exemplo, os resultados apontam que os principais fatores de risco associados ao abuso sexual na família são: desemprego, famílias reconstituídas, abuso de álcool e drogas, dificuldades econômicas e presença de outras formas de violência.

Azevedo e Guerra (1997), indicam que a violência sexual faz uma vítima em 3 a 4 meninas até dezoito anos; sendo que de 6 a 10 meninos, 1 será vitimizado sexualmente até os 18 anos; destaca-se que mais de 1/3 das notificações de abuso sexual envolvem crianças de 5 anos, ou menores; embora haja vítimas de 0-19 anos, a idade mais frequente varia de 8-12 anos. Em relação ao agressor, salienta-se que 90% dos mesmos são pessoas conhecidas da criança, a maioria dos agressores sexuais são homens (pai/padrasto). Corroboram com esses dados, a pesquisa de Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005), cuja fonte foi processos jurídicos em casos de abuso sexual, expõe que na maioria dos casos o agressor era do sexo masculino (98,8%) e tinha vínculos afetivos e de confiança com a vítima. Em 57,4% dos casos, o agressor era pai da vítima e em 37,2% dos casos, este era padrasto ou pai adotivo desta. Estes resultados corroboram com a literatura especializada, a qual aponta que o abuso sexual

contra crianças e adolescentes é perpetrado, na maioria dos casos, por cuidadores do sexo masculino.

De acordo com Pinheiro (2006), especialista que conduziu um estudo de apoio ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos do Fundo das Nações Unidas para a Infância- Unicef e para a Organização Mundial da Saúde- OMS, sobre a violência contra crianças, um informe mundial, contribuiu para auxiliar na análise crítica da construção, desenvolvimento de políticas e programas de prevenção e saúde, demonstrando a incidência, conseqüência e magnitude da violência sexual contra crianças. Referiu-se assim, ao artigo 19 da Convenção sobre os Direitos da Criança, e à Declaração de Eliminação da Violência Contra as Mulheres de 1993, a violência a qual compreende a todas as formas de violência física ou mental, ferimento e abuso, negligência ou tratamento negligente, maus-tratos, exploração, incluindo abuso sexual. Complementa ainda, que abuso ou mal-trato infantil caracteriza-se por toda forma de mau-trato físico ou psicológico, abuso sexual, negligência, exploração que cause dano à saúde, sobrevivência ou dignidade da criança. Neste sentido, conforme o informe mundial sobre violência contra a criança, necessita-se banir o castigo corporal, elaborar leis severas contra a violência e direitos infantis, o papel da mídia deve apresentar como finalidade romper o silêncio da violência contra a criança e principalmente *“a violência contra a mulher na família a qual permanece disseminada e continua a ter um impacto negativo nas crianças”*, pois segundo o informe mundial sobre a violência, à violência doméstica contra a criança está associada ao abuso infantil no âmbito familiar.

Conforme Aded e Dalcin (2006), a ocorrência de abuso sexual na infância e adolescência pode apresentar maiores riscos de comportamentos autodestrutivos e tentativas de suicídio em meninos que sofreram abuso sexual. Destacam ainda, que a tristeza e a ansiedade na infância podem levar à depressão no adulto, fator esse também relacionado ao abuso sexual. Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual tendem com freqüência a estar mais expostos a violência da comunidade em geral, quando comparados aos que não foram expostos a esse tipo de violência. Como conseqüência deste tipo de exposição tem-se um comportamento desorganizado, o que pode ser associado ao evento traumático. A violência sexual reforça as diferenças de gênero e poder, já que, não são bem vistas as denúncias em que não há provas concretas, como exames de delito ou vários testemunhos similares. Já, Faleiros (2000), cita que a violência sexual de crianças e adolescentes perpetrada por adultos adquire particularidades mais complexas, pois é (des)organizadora de estruturas psíquicas e sociais, especialmente nos abusos sexuais de longa duração. De acordo com a autora, como conseqüência do abuso sexual infantil pode-se citar que confunde as crianças em relação às representações sociais dos papéis dos adultos; deturpa as relações afetivas; confunde a concepção e relações adulto/crianças, tornando-as desumanos, agressivas, desprotetoras, individualistas, narcisistas, perversas em lugar de amorosas; desestruturadas em lugar de socializadoras, bem como, confunde os limites intergeracionais. Portanto, Azambuja (2004) considera necessária uma mudança de paradigma a respeito dos agressores sexuais, de modo que, possamos ouvir pessoas igualmente maltratadas, pois igualmente vítimas de abusos psicológicos, físicos e/ou sociais associado a outros fatores de risco enquanto crianças tornaram-se, maioria das vezes, agressores sexuais. Nesta perspectiva, Furniss (1993, p. 3) enfatiza que *“o que não compreendemos, não somos capazes de tratar”*.

Caminha, Paulo, Furlan e Kirstensen (in Dias, 2007), referem-se às questões de gênero de grande influência sobre o abuso sexual cometido, uma vez que, a maioria das

pessoas associa as mulheres ao papel de vítima. Contudo, conforme a pesquisa realizada pelos referidos autores apenas uma mulher afirmou a possibilidade de a vítima ser do sexo masculino. Ou seja, não parece possível, pelo menos entre as mulheres, conceber a idéia de ocorrer mulheres abusadoras e homens abusados. Parece que esse dado corrobora com a idéia de não haver meninos vitimizados pelo abuso. Os autores citam ainda, as diferenças entre homens e mulheres em nossa sociedade, considerando aspectos evolutivos, biológicos e culturais. Deste modo, a adoção da categoria de gênero nos leva a reconhecer as diferenças sexuais, definidas socialmente mais que biologicamente. Neste contexto, destaca-se o modo de criação de meninos e meninas, já que aos homens foi ensinado que deveriam ser fortes e viris, valorizados pelas questões sexuais. Enquanto as mulheres devem ser frágeis e ternas, mais ligadas ao afeto. Destacam também, que esses preceitos estão diretamente atravessados pela questão religiosa da moral judaico-cristã.

Louro, Neckel e Goeliner (2003) mencionam que as relações de gênero passam a englobar todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo processos que produzem seus corpos, sexo e sexualidade. Consideram que as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e a política de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações do masculino e feminino. Enfatiza-se assim, o processo de educar, o qual engloba um complexo de forças e processos da contemporaneidade como os meios de comunicação, brinquedos, música e literatura, argumenta-se, por conseguinte, que esses processos educativos envolvem estratégias sutis e refinadas de naturalização que necessitam ser reconhecidas e problematizadas. Ou seja, o gênero opera estruturando o próprio social.

Considerações Finais

A violência sexual está relacionada à sexualidade e as questões de gênero. Portanto, deve voltar-se às políticas públicas que compreendam o abuso sexual, como também se devem analisar os fatores sociológicos intrínsecos à mesma, já que, o aumento da violência é um problema social. O abuso sexual perpassa a dominação e exploração de mulheres e crianças, por conseguinte têm-se relação com as questões de gênero, geração e saúde.

¹ Psicóloga, Especialista em Saúde Comunitária pela UFRGS e Mestranda do Departamento de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM - Brasil. E-mail: mmsanfelice@bol.com.br

Referências Bibliográficas

Aded, N. & Dalcin B. (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33 (4), 204-213.

Azevedo M. A., Guerra V. N. A, (1997.). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 2ª. ed. São Paulo, Cortez.

Bozon, Michel (2004) *Sociologia da sexualidade*. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.

Dias, Maria Berenice (2007). Incesto e alienação parental: realidades que a Justiça insiste em não ver. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Faleiros, E. T. S. (2000) Repensando os conceitos de violência, abuso exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: MJ-SEDH-DCA/UNICEF.

Furniss, Tilman. (1993). Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal e integrados. Porto Alegre: Artes médicas.

Habigzang, L, & Caminha, R. (2004). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Habigzang, L. Koller, S. H. Azevedo, G. & Machado, P. (2005), Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21(3).

Heilborn, Maria Luiza (1999) A Sexualidade sob o Enfoque das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Louro Guacira Lopes, Neckel Jane Felipe e Goellner Silvana Vilodre. (2003) Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes.

Machado, Lia Zanotta. (2004) Masculinidades e Violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Republicado em Mônica Raisa Schpun (Org.) *Masculinidades*. São Paulo.

Pinheiro, Paulo Sérgio (2006) Violência contra crianças: informe mundial. Ciência e Saúde coletiva. Vol. 11 supl. O Rio de Janeiro.

Saffioti, Heleieth. (1995) Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter.

Silva, A. M. A. S. (2002). Quebrando o pacto do silêncio. In. D.C.A. Ferrari & T.C.C. Vecina (Eds.). O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Agora.